

# GRAMSCI E O NEGACIONISMO CLIMÁTICO ESTADUNIDENSE: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO HEGEMÔNICO NO ANTROPOCENO

*Fernanda Castro Gastaldi*

**Vínculo Institucional:**<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia

## **Resumo:**

Antropoceno é o termo utilizado por alguns cientistas para denominar o período geológico mais recente do planeta Terra - período este marcado pela ação humana prejudicial ao meio ambiente. Diante desse contexto, o aquecimento global emerge como um tema relevante nos debates científicos e políticos. O consenso científico reconhece a existência de um processo de aquecimento global antropogênico atualmente em curso, enquanto as vertentes negacionistas o questionam. Os Estados Unidos é centro preponderante de formulação e difusão das perspectivas negacionistas e, como superpotência, possui capacidade de estabelecer os termos do discurso hegemônico global. Este trabalho objetiva apresentar uma análise essencialmente gramsciana a respeito do negacionismo. O estudo concretiza-se por meio de pesquisa bibliográfica, avaliações qualitativas, análise teórica e método de abordagem hipotético-dedutivo. Conclui-se que o negacionismo configura-se como uma ideologia orgânica do bloco histórico corrente, sancionando um sistema produtivo coerente à valorização do capital e profícuo à classe hegemônica vigente.

## **Palavras-chaves:**

Negacionismo climático; hegemonia; Gramsci.

## **Abstract:**

Anthropocene is the term used by some scientists to name the most recent geological period of planet Earth - a period marked by detrimental human action to the environment. Given this context, global warming emerges as a

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

relevant issue in scientific and political debates. The scientific consensus recognizes the existence of an anthropogenic global warming process currently under way, while the denialist perspectives question it. The United States is the preponderant center of formulation and diffusion of denialist approaches and, as the superpower, it has the capacity to establish the terms of global hegemonic discourse. This article aims to present a Gramscian analysis of climate denialism. The study is carried out through bibliographical research, qualitative evaluations, theoretical analysis and hypothetico-deductive method. It is concluded that the denialism is configured as an organic ideology of the current historical bloc, sanctioning a productive system coherent to the capital appreciation and profitable to the hegemonic class.

**Keywords:**

Climate denialism; hegemony; Gramsci.

## Introdução

O termo “Antropoceno” é utilizado por alguns cientistas para referir-se ao período geológico mais recente do planeta Terra, marcado pelo domínio da ação humana em meio à natureza. Segundo o conceito original, proposto por Crutzen e Stoermer (2000), o período estende-se do final do século XVIII aos dias atuais - intervalo de tempo em que o impacto da atividade antropogênica sobre o meio ambiente tornou-se claramente perceptível. Entretanto, não há consenso em torno de seu marco inicial, nem ao menos de sua validade científica. Ainda assim, em 2008, especialistas da Comissão de Estratigrafia da Sociedade Geológica de Londres considerou a terminologia válida como unidade formal de tempo geológico (Sayre, 2012).

A humanidade vem ao longo de muitos anos submetendo o sistema terrestre ao atendimento de suas necessidades básicas e aos processos industriais vinculados à dinâmica capitalista. O uso imoderado dos recursos naturais fez eclodir - nas ciências naturais e nos debates políticos - temas como destruição da camada de ozônio, poluição urbana, extinção animal, devastação dos recursos hídricos, entre outras questões típicas do Antropoceno. E dentre as temáticas correntes, o aquecimento global destaca-se por sintetizar uma ampla variedade de fatores e, principalmente, por mobilizar posicionamentos antagônicos.

Em janeiro de 2018, a publicação *The bulletin of the Atomic Scientists* avançou os ponteiros de seu famoso Relógio do Juízo Final para dois minutos antes da meia noite<sup>2</sup>. O horário é estabelecido com base nas maiores ameaças à sobrevivência humana, que hoje são basicamente duas: armas nucleares e mudança climática (Bulletin of the Atomic Scientists, 2018).

<sup>2</sup> A referida publicação consiste em um boletim anualmente elaborado. Para fins comparativos, horário semelhante ao de 2018 só foi declarado em 1953, em meio ao desenvolvimento da bomba de hidrogênio pela União Soviética no contexto da Guerra Fria (Bulletin of the Atomic Scientists, 2018).

No que tange à questão climática, evidências corroboram o cenário apresentado. Junto ao aumento da temperatura terrestre verificam-se fenômenos dela decorrentes, como o derretimento das geleiras e o aumento do nível do mar. Dados apresentados por Konrad *et al.* (2018) mostram que o Oceano Antártico perdeu uma área de 1.463 quilômetros quadrados de gelo submarino entre 2010 e 2016. Essa área equivale à da cidade de Londres (Konrad *et al.*, 2018, pp. 258-261). E os efeitos provavelmente se tornarão ainda mais evidentes no futuro. Somente em Bangladesh a previsão é que, nos próximos anos, dezenas de milhões de pessoas sejam obrigadas a fugir das planícies baixas devido à elevação do nível do mar, gerando uma crise imigratória sem precedentes naquela região (Chomsky, 2017, p. 321).

Mesmo diante de evidências empíricas e comprovações científicas, há quem questione a veracidade do aquecimento global. Surgem então vertentes teóricas que afirmam que o aquecimento global não é um fenômeno real, ou que é um processo natural sobre o qual a ação antropogênica não possui qualquer influência ou culpa. Enfim, há ainda aqueles que, embora acreditem no processo tal como é descrito pelo consenso científico, consideram demasiada a importância concedida ao fenômeno e discordam que medidas devam ser tomadas para combatê-lo. Essas visões se resumem, neste artigo, ao termo “negacionismo”.

Nos Estados Unidos, o discurso negacionista tem obtido êxito em influenciar processos políticos. Atualmente, o país é centro preponderante de formulação e difusão internacional das vertentes negacionistas, realidade resultante da atuação dos *think tanks* conservadores, impérios midiáticos, lobbies, partidos políticos e grandes corporações. Como superpotência, os Estados Unidos possuem capacidade de estabelecer termos do discurso global e, por isso, o estudo do tema proposto é de singular relevância nesse país.

Este trabalho objetiva apresentar uma análise essencialmente gramsciana a respeito do negacionismo, abordando-o enquanto discurso que visa colocar-se e preservar-se como hegemônico ou dominante em benefício do sistema capitalista vigente.

Os argumentos apresentados encontram-se assim distribuídos: a seção 1 aborda o arcabouço teórico aplicado à análise; a seção 2 versa sobre o negacionismo, como uma construção discursiva constituída por elementos básicos da comunicação - entre os quais se destacam mensagem, emissor e receptor; a seção 3 realiza a aplicação de conceitos básicos da teoria gramsciana (apresentados na seção 1) ao objeto de estudo (descrito na seção 2). Por fim, são apresentadas as conclusões do presente estudo.

## **1 Gramsci: Bloco histórico e a construção do discurso hegemônico**

Os "Cadernos do Cárcere", obra de Antonio Gramsci constituída por uma coleção de escritos desenvolvidos entre 1929 e 1937, oferecem arcabouço teórico de grande valia aos propósitos deste trabalho. Esta seção aborda os principais argumentos do pensamento gramsciano aplicados à análise em questão. Especificadamente, apresenta-se os conceitos de bloco histórico, bloco intelectual e hegemonia, respectivamente.

### **1.1 Bloco histórico**

Segundo Portelli (1977), bloco histórico é o conceito-chave para a compreensão da teoria de Gramsci. O termo refere-se a um sistema constituído por duas esferas interrelacionadas: a estrutura sócio-econômica e a superestrutura político-ideológica. Cox (1993) qualifica essas esferas como objetiva e subjetiva, e afirma que, devido a essa formação, o bloco histórico é um conceito dialético cujos elementos estão em constante interação (Portelli, 1977, pp. 1-15; Cox, 1993, p. 56).

Não há primazia de uma esfera sobre a outra. Ambas são igualmente relevantes à análise. Ideias e condições materiais estão sempre atreladas, influenciando-se mutuamente. Ideias precisam ser compreendidas em relação às condições materiais, e estas incluem tanto as relações sociais quanto os meios físicos de produção. Assim, o materialismo histórico de Gramsci evita o reducionismo, consumado pelo economicismo ou pelo idealismo (Cox, 1993, p. 56).

A superestrutura do bloco histórico é formada por duas esferas essenciais: a da sociedade política e a da sociedade civil. A sociedade civil constitui a maior parte da superestrutura e deve ser considerada como "a hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade como conteúdo ético do Estado" (Portelli, 1977, pp. 19-22).

Por sua vez, a sociedade política agrupa o conjunto das atividades que se relaciona ao exercício da coerção (dominação direta ou de comando exercida através do Estado ou do governo jurídico). A sociedade política está a cargo de conformar as massas populares ao tipo de produção e à economia de um determinado momento, assegurando a disciplina dos grupos sociais a fim de garantir o funcionamento do sistema produtivo. Torna-se um prolongamento da sociedade civil, quando reconhecida como fruto da direção econômica e ideológica que a classe fundamental exerce sobre a sociedade. (Ibid., pp. 30-31).

No que tange à estrutura do bloco histórico, esta se define basicamente pelo mundo da produção e pelo conjunto das forças sociais nele existente. Os agrupamentos sociais são formados com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, cada grupo representando uma função no processo produtivo. Nesse sentido, a classe dirigente encontra-se em uma "situação de dupla preeminência: a nível estrutural, porque é a classe fundamental no campo econômico; a nível superestrutural, porque tem a direção ideológica através do bloco

intelectual". Há ainda, no interior do bloco histórico, os grupos aliados, que servem de base social à hegemonia e desempenham um papel secundário no sistema. Enfim, verifica-se a existência de grupos excluídos do sistema hegemônico, que são as classes subalternas (Ibid., pp. 45-80).

O ponto essencial das relações estrutura-superestrutura reside no estudo do vínculo que constitui sua unidade. A este vínculo, Gramsci dá o nome de orgânico. A unidade formada corresponde a uma organização social concreta, isto é, o próprio bloco histórico (Ibid., pp. 1-15).

O bloco é histórico, porque não é eterno. Possui início e fim, e sua duração está diretamente relacionada à capacidade de manutenção da hegemonia por parte de uma classe fundamental. Um bloco histórico não pode existir sem uma classe social hegemônica. Onde a classe hegemônica é dominante, o Estado mantém a coesão dentro do bloco, através da propagação de uma cultura comum. Os intelectuais desempenham papel chave nesse processo. Este é o objeto de estudo da próxima subseção (Cox, 1993, pp. 56-57).

### 1.2 Bloco Intelectual

Como anteriormente mencionado, o bloco histórico é formado por uma estrutura social diretamente relacionada às forças produtivas, e também por uma superestrutura de natureza ideológica e política. O vínculo orgânico entre essas duas esferas é realizado pela ação de certos grupos sociais, cuja função primordial não é operar ao nível econômico (estrutural), mas sim ao nível superestrutural. Esses grupos, "funcionários da superestrutura", são os chamados intelectuais orgânicos (Portelli, 1977). Através da atuação desses indivíduos e grupos, um sistema de valores culturais "impregna, penetra, socializa e integra um sistema social", em benefício de uma classe dirigente fundamental. Forma-se, assim, um sistema hegemônico. E consolida-se um bloco histórico específico (Pizzorno, 1968, p. 166 apud Portelli, 1977, p. 16).

Gill e Law (1993) afirmam que os intelectuais orgânicos teorizam as condições de existência do sistema como um todo. Eles sugerem políticas, as justificam e, quando necessário, as aplicam (Gill e Law, 1993, p. 110). Os intelectuais desempenham, portanto, papel chave na construção do bloco histórico. São eles os "emissários" do grupo dominante para o exercício da hegemonia social e do governo político (Cox, 1993, p. 57; Portelli, 1977, p. 87).

Para Gramsci, "o aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é: na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais". É preciso que a classe dirigente possua uma "verdadeira política para os intelectuais", que subordine a si os intelectuais dos outros grupos sociais<sup>3</sup>, criando um sistema de solidariedade entre todos (Portelli, 1977, pp. 65-66).

Por isso, as classes dominantes tentam permanentemente integrar os intelectuais dos grupos subalternos à classe política, particularmente através do recurso ao transformismo<sup>4</sup>. Tal estratégia traduz a política da classe dominante que recusa assumir qualquer compromisso com as classes subalternas. Nesse aspecto, a absorção das elites dos grupos opositores conduz ao que Gramsci denomina "decapitação pacífica" dos grupos inimigos. Isso explica, em parte, a vulnerabilidade das classes subalternas dentro de um sistema hegemônico. Uma vez ingresso num partido político de determinado grupo social do qual

<sup>3</sup> Os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas formam grupos vinculados às diversas classes existentes. Cada grupo social possui uma camada de intelectuais própria, ou tende a formá-la. Os intelectuais agem em nome da classe que representam e à qual estão social e economicamente vinculados. Esses indivíduos dão ao grupo social homogeneidade e consciência de sua própria função nos planos econômico, político e social (Portelli, 1977, pp. 48-85).

<sup>4</sup> Quando a classe dirigente agrega em torno de si os intelectuais de outros grupos sociais a fim de decapitar sua direção ideológica e política (Portelli, 1977, p. 69). O transformismo absorve ideias potencialmente contra-hegemônicas e as faz consistentes com a doutrina hegemônica (Cox, 1993, p. 63).

originalmente não fazia parte, o intelectual passa a se confundir com os intelectuais orgânicos desse grupo, e assim sua “consciência de classe” é minada (Ibid., pp. 71-94).

Dentro do sistema hegemônico, os intelectuais se agrupam em um “bloco intelectual” (ou “bloco ideológico”). Cada função nele desempenhada (econômica, coercitiva, ideológica) contribui, de seu modo, para a unidade da classe fundamental. O bloco intelectual, em última instância, desenvolve e dirige o sistema hegemônico. Portanto, a destruição do bloco histórico passa, necessariamente, pela desagregação do bloco intelectual e coincide com o colapso da própria hegemonia (Ibid., pp. 87-102).

### 1.3 Hegemonia

Segundo Gruppi (1970), é possível perceber vínculos estreitos entre o conceito de hegemonia desenvolvido por Lenin e a definição proposta por Gramsci<sup>5</sup>. Entretanto, essas duas concepções divergem em um ponto essencial: a preeminência da direção ideológica e cultural. “A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política. A análise leninista é exatamente inversa”<sup>6</sup> (Portelli, 1977, pp. 52-65).

Gramsci toma de Maquiavel a concepção de poder como centauro: meio fera, meio homem – uma combinação necessária entre força e consentimento. A coerção é sempre latente, mas só é aplicada em casos marginais, desviantes. Na maioria das vezes, a hegemonia é suficiente para assegurar o comportamento social esperado (Cox, 1993, p. 52).

<sup>5</sup> A referida publicação consiste em um boletim anualmente elaborado. Para fins comparativos, horário semelhante ao de 2018 só foi declarado em 1953, em meio ao desenvolvimento da bomba de hidrogênio pela União Soviética no contexto da Guerra Fria (Bulletin of the Atomic Scientists, 2018).

<sup>6</sup> Para Lenin, a hegemonia é política, “porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil; assim, desta ele só retém o aspecto político” (Portelli, 1977, p. 65).

Hegemonia é um conceito utilizado para analisar as relações de forças numa sociedade específica. Para Gramsci, uma ordem hegemônica é aquela em que o consentimento, ao invés da coerção, caracteriza as principais relações entre classes, e entre o Estado e a sociedade civil (Gill e Law, 1993, p. 93). O poder hegemônico se expressa pela habitualização e internalização de práticas sociais. (Morton, 2007). No entanto, é importante destacar que “não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação” (Portelli, 1977, pp. 32-34).

Na perspectiva gramsciana, o Estado nacional<sup>7</sup> é a entidade básica de análise. Trata-se do local em que relações sociais são estabelecidas, conflitos sociais nascem e hegemonias são construídas. Consequentemente, a formação de um bloco histórico é um fenômeno essencialmente nacional. Entretanto, é também possível aplicar a teoria de Gramsci ao âmbito internacional. Isto porque uma hegemonia pode exceder os limites do território nacional e transnacionalizar-se, mediante atuação da classe fundamental, consonância das classes dominantes locais e incorporação de ideologias particulares caracterizadas como universais<sup>8</sup> (Cox, 1993, pp. 58-61; Morton, 2007, p. 121).

Historicamente, hegemonias globais nasceram da expansão de hegemonias internas (nacionais), fundadas pelas classes dominantes nos Estados mais desenvolvidos. Hegemonias transnacionais impactam diretamente a ordem internacional, na medida em que o modelo hegemônico é incorporado e antigas estruturas de poder são abaladas (Cox, 1993, pp. 58-61).

<sup>7</sup> Em seu sentido ampliado, que abrange fusão orgânica entre Estado e sociedade civil (Gill e Law, 1993, p.93).

<sup>8</sup> Morton (2007) define hegemonia como a articulação e justificação de um conjunto particular de interesses como interesses gerais. Trata-se de administrar a ordem pelo consentimento amplo resultante de uma aparente universalidade dos princípios e interesses envolvidos (Morton, 2007, p. 113).

*Hegemonia em nível internacional não é meramente uma ordem entre Estados. É uma ordem dentro da economia mundial, com um modo de produção dominante que penetra em todos os países e liga-se a outros modos de produção subordinados. É também um complexo de relações sociais internacionais que conecta as classes sociais de diferentes países. Hegemonia mundial é descritível como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser simplesmente uma dessas coisas, mas deve ser todas as três. A hegemonia mundial, além disso, é expressa em normas universais, instituições e mecanismos que estabelecem regras gerais de comportamento para Estados e para aquelas forças da sociedade civil que atuam entre fronteiras nacionais - regras que amparam o modo de produção dominante (Cox, 1993, pp. 61-62; tradução nossa).*

Sob a perspectiva gramsciana, é possível, portanto, utilizar o termo “bloco histórico internacional”. Segundo Gill e Law (1993), isto envolveria uma aliança de forças sociais vista como natural e legítima pela maioria de seus membros (Gill e Law, 1993, p. 97). Nesse sentido, destaca-se o papel exercido pelas “elites globalizantes” – grupo de intelectuais orgânicos e líderes políticos dentro do que se pode atualmente denominar “fração transnacional das classes capitalistas” do mundo. Essas elites localizam-se na interface entre aspectos territoriais e globalizantes da ordem mundial, e buscam reconciliar elementos

contraditórios através de um processo de síntese política<sup>9</sup> (Gill, 2008, p. 194).

## 2 O discurso negacionista

Esclarecidos os conceitos e pressupostos teóricos básicos, torna-se agora possível analisar o discurso negacionista sob a perspectiva gramsciana. Examinado como discurso, para fins didáticos, primeiramente faz-se necessário explorar o negacionismo em si, com base nos elementos básicos da comunicação (a saber: mensagem, emissor e receptor).

### 2.1 A mensagem

“Negacionismo climático” é aqui empregado em seu sentido mais amplo, abrangendo as diversas formas de ceticismo relacionadas à veracidade do aquecimento global ou ao seu caráter antropogênico. Incluem-se também aqueles que, embora acreditem que o fenômeno seja real e influenciado pela ação humana, questionam a forma como é usualmente representado (crêem, por exemplo, que os cientistas não-negacionistas exageram ao abordar o ritmo e a extensão dos impactos). Finalmente, o termo abarca aqueles que defendem que nenhuma ação humana deva ser tomada a fim de conter o aumento contínuo da temperatura terrestre, ainda que concordem com a representação consensual do fenômeno (Painter, 2011, p. 1).

Kari Norgaard (2011) distingue três grupos de negacionistas: o literal (que afirma que o aquecimento global não está acontecendo), o interpretativo (que acredita que a mudança climática está em voga, mas que a ação humana não é a causa desse processo) e o implicatório (que menospreza o fenômeno, a despeito de acreditar em sua

---

<sup>9</sup> Vide Gill (2008).

existência e natureza antropogênica) (Norgaard, 2011, p. 11 apud Painter, 2011, p. 19; traduções nossas).

Entre esses grupos, uma parcela significativa dos indivíduos rejeita o título “negacionista”, preferindo a denominação “cético”. Isso ocorre principalmente em meio ao grupo implicatório. O problema é que o termo “ceticismo” não é desprovido de juízo de valor<sup>10</sup>. Então, para fins analíticos e concretização dos objetivos propostos neste trabalho, as diferentes perspectivas serão agrupadas ao termo “negacionismo climático” (Painter, 2011, p. 17).

Enfim, é importante destacar que o grupo antagonista - os cientistas climáticos (adeptos à visão convencional) - também reivindica uma distinção intragrupo, entre os chamados “radicais” (ou “alarmistas”) e aqueles associados a interpretações menos apocalípticas do fenômeno. Outrossim, as diferenças existentes no interior do grupo, embora reconhecidas, não serão enfatizadas<sup>11</sup> (Ibid., p. 20).

## 2.2 O emissor

O discurso negacionista estadunidense é elaborado e difundido por meio da atuação de uma série de agentes, dentre os quais se destacam as grandes corporações privadas, o Congresso Nacional, os *think tanks*, a *mass media* e os pensadores autônomos.

Quanto à mídia, emissor mais direto e eficaz do discurso negacionista, algumas peculiaridades do sistema midiático estadunidense precisam ser mencionadas. Em 1987, a Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos, com o auxílio do presidente Reagan, revogou a *Fairness Doctrine* (Princípio da Imparcialidade), que desde a

década de 1940 exigira que as emissoras de televisão oferecessem cobertura adequada e imparcial para pontos de vista antagônicos nas questões de importância pública. Em grande medida devido a essa revogação, nos Estados Unidos, verifica-se hoje uma presença incomum - em comparação a outros países - do jornalismo opinativo nos canais de ampla difusão. E não existem regulamentações externas a respeito da veracidade das informações - este controle é realizado apenas internamente de acordo com as políticas e as regras de cada empresa. Além disso, a partir de 1996, o afrouxamento gradual das limitações sobre a quantidade de estações que uma empresa podia ter permitiu a formação e o crescimento de “impérios midiáticos”, a exemplo da Fox News e da CNN (Stone e Kuznick, 2015, pp. 292-293; Painter, 2011, p. 35).

O ambiente propício ao jornalismo opinativo nos Estados Unidos explica, em parte, a clara politização do debate entre negacionistas e convencionais. Ocorre que políticos e mídia partidária se aliam na construção e difusão do discurso que mais lhes convém<sup>12</sup>. Uma pesquisa publicada pelas universidades Yale e George Mason (2011) mostrou que apenas 34% dos apoiadores do Tea Party acreditam em um atual processo de aquecimento global, porcentagem esta que equivale a 53% entre os republicanos que não apoiam o Tea Party, e a 78% entre os democratas. Constata-se, desse modo, que o aquecimento global é frequentemente examinado sob a ótica política, em detrimento da visão científica (Painter, 2011, pp. 8-24).

Assim, constitui-se um cenário no qual a mídia, direta ou indiretamente, vincula-se à determinada concepção política de caráter partidário. Por sua vez, no âmbito do Congresso Nacional, os partidos políticos e seus representantes são influenciados pelo setor privado. Isso ocorre através das doações multimilionárias pagas

<sup>10</sup> Na ciência e no jornalismo, por exemplo, o ceticismo é uma característica bastante positiva, ao passo que a credulidade não é uma aspiração comum nesses âmbitos (Painter, 2011, p. 17).

<sup>11</sup> E a veracidade das perspectivas mencionadas, seja convencionais ou negacionistas, foge do escopo deste estudo.

<sup>12</sup> Por exemplo, em termos simplistas, a Fox News dissemina a ideologia do Tea Party, segundo a qual a ciência climática resulta de uma construção essencialmente esquerdista, possivelmente atrelada à uma potencial conspiração socialista (Painter, 2011, pp. 8-24).

diretamente a membros do Congresso pelas grandes corporações, principalmente por aquelas alocadas nos ramos vinculados ao petróleo, gás natural e mineração. Ainda, o setor privado exerce influência sobre o Congresso através da atuação dos lobbies. De acordo com o US Center for Responsive Politics, em 2009 existiam mais de 13.000 lobistas oficialmente registrados, que receberam cerca de 3,5 bilhões de dólares em honorários. Segundo o The Center for Public Integrity, o número de lobistas trabalhando por questões relacionadas à mudança climática em 2009 (considerando representantes dos dois lados do debate político) correspondia a um aumento de 300% em relação aos cinco anos antecedentes - porcentagem equivalente a 2.340 lobistas, isto é, quatro lobistas para cada membro do Congresso à época (Ibid., p. 30).

Por fim, as companhias privadas desempenham papel crucial na formação e difusão das vertentes negacionistas através do financiamento oferecido aos *think tanks* conservadores<sup>13</sup>. Nos Estados Unidos, essas organizações alcançaram o status de “academia alternativa”, e é comum que seus representantes sejam tratados como peritos independentes em questões relevantes para as políticas ambientais. Os *think tanks* empregam quadro interno e comissionado para produzir uma gama de materiais impressos, tais como *op-eds*, resumos políticos, livros e artigos para revistas. Além disso, seus representantes fazem aparições nas mídias, fornecem depoimentos congressionais e dão discursos a fim de promover o posicionamento conservador<sup>14</sup> (Dunlap e Jacques, 2013, p. 701).

<sup>13</sup> CATO Institute, Competitive Enterprise Institute, American Enterprise Institute, Heritage Foundation, Heartland Institute, Marshall Institute, entre outros, são exemplos desse tipo de organização (Painter, 2011, p. 28; Dunlap e Jacques, 2013, pp. 699-700).

<sup>14</sup> Dunlap e Jacques (2013) examinaram uma quantidade de 108 livros com temáticas centradas na defesa do negacionismo climático, no intuito de delinear associações entre essas produções e os *think tanks* conservadores. A análise restringiu-se aos livros publicados em Língua Inglesa, em primeira edição, entre 1980 e 2010. Entre os livros avaliados, 66 deles são de origem

### 2.3 O receptor

O discurso negacionista visa, em última instância, disseminar o ceticismo no seio da opinião pública, de modo a conter qualquer ação governamental em prol da preservação ambiental. De forma geral, o discurso tem obtido êxito nesse quesito, sob o protagonismo de alguns veículos de comunicação de ampla difusão. Como anteriormente ressaltado, o jornalismo estadunidense é fortemente opinativo, e isso gera uma polarização evidente entre os canais adeptos ao negacionismo e aqueles seguidores do consenso científico. A opinião pública torna-se reflexo dessa polarização. Por exemplo, segundo uma pesquisa conduzida pelo World Public Opinion (2010), 60% das pessoas que afirmam assistir diariamente aos noticiários da Fox News acredita que a maioria dos cientistas não concorda que uma mudança climática esteja realmente acontecendo. Essa porcentagem é significativamente inferior entre os espectadores da CNN (25%), e entre os ouvintes da NPR ou da PBS (14%) (World Public Opinion, 2010, p. 23 apud Painter, 2011, p. 13).

Em relação à mídia impressa situação análoga se apresenta, por exemplo, na comparação entre os jornais The New York Times (NYT) e Wall Street Journal (WSJ). Em seus editoriais, o NYT tem consistentemente seguido a perspectiva do consenso científico, defendendo que há um aquecimento global antropogênico em processo e que uma ação governamental é urgentemente necessária para combatê-lo. Em oposição, o WSJ tem sustentado que as emissões de carbono podem ter algum impacto sobre o aquecimento global, mas que isso não é um fato suficientemente provado a ponto de justificar uma mudança massiva no uso de energia (Painter, 2011, p. 88).

estadunidense. E entre estes, o vínculo com algum *think tank* pôde ser comprovado em 43, isto é, 65% da quantidade total dos livros publicados nos Estados Unidos. Tais estatísticas evidenciam o significativo papel desempenhado pelos *think tanks* na elaboração e disseminação das vertentes negacionistas (Dunlap e Jacques, 2013, pp. 702-709).

Uma pesquisa intitulada *Climate Change in the American Mind* (2013) revelou que 23% dos estadunidenses afirmam ter certeza de que a mudança climática não está acontecendo, enquanto 14% dizem não saber se a mudança está ou não em curso. Entre os que afirmam acreditar em mudança climática e aquecimento global, menos da metade atribui causa antropogênica aos fenômenos (Leiserowitz et al., 2013, p. 5 apud Park, 2015).

A Gallup Poll - uma empresa de pesquisa de opinião estadunidense - desenvolveu, em 2014, um estudo acerca da preocupação dos norte-americanos em relação à mudança climática. Entre as opções a *great deal* (muitíssimo), a *fair amount* (em uma medida justa), *only a little* (só um pouco) e *not at all* (de modo nenhum), pessoas entrevistadas deveriam responder qual o grau de preocupação delas próprias a respeito do aquecimento global. Os entrevistados foram classificados por idade, nível educacional e partido político simpatizante. Os resultados foram compilados na Figura 1 (Gallup, 2014).

Figura 1. Pesquisa Gallup, 2014

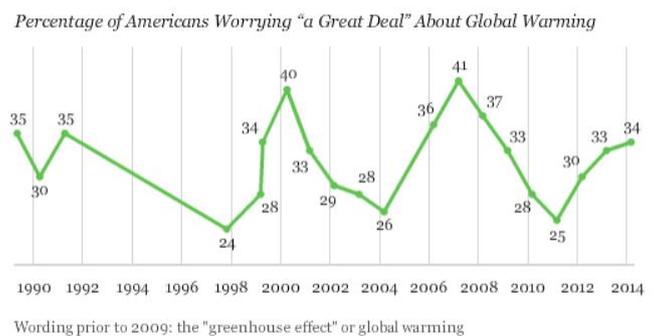
*How Much Do You Personally Worry About Global Warming?*

	A great deal	Fair amount	Only a little/ Not at all
	%	%	%
National adults	34	22	43
18 to 29	38	32	30
30 to 49	41	19	40
50 to 64	32	18	50
65+	24	23	52
Postgraduate	36	19	45
College graduate	27	28	45
Some college	31	26	42
High school or less	38	19	43
Republicans	16	22	63
Independents	29	19	51
Democrats	56	27	18

Fonte: Gallup (2014).

A pesquisa ainda aponta que a porcentagem de pessoas "muitíssimo" preocupadas com o aquecimento global em 2014 diferia em apenas 1 ponto percentual das estatísticas apresentadas em 1989. A Figura 2 apresenta os valores calculados entre esse intervalo de tempo (Gallup, 2014).

Figura 2. Pesquisa Gallup, 1989-2014



Fonte: Gallup (2014).

O fato é que reconhecer e atribuir relevância à mudança climática implica apoiar medidas como a regulamentação governamental, o aumento de taxas, a interferência do Estado nos mercados e alterações no processo produtivo. Tais medidas constituem agenda oposta aos ideais neoliberais defendidos pelas classes hegemônicas conservadoras. Por essa razão, a mudança climática é frequentemente examinada sob a ótica política, em detrimento da científica. Trata-se de interesses relacionados ao modo de produção e à dinâmica do livre mercado. Em 2011, pesquisadores da Universidade do Estado de Michigan publicaram um estudo segundo o qual a lacuna entre conservadores e liberais, no que tange à crença no

aquecimento global, estendeu-se de 18% em 2001 para 44% em 2010. A ampliação dessa lacuna é reflexo do crescimento e do acirramento dos debates envolvendo negacionismo e consenso científico (Painter, 2011, p. 25; McCright e Dunlap, 2011 *apud* Painter, 2011, p. 25). Analiticamente, é possível afirmar que a polarização no âmbito da opinião pública tem colaborado com os interesses dos defensores assíduos do negacionismo. Isso ocorre porque a dúvida que permeia a sociedade estadunidense dificulta a organização social em benefício de uma ação efetiva destinada a combater o aquecimento global.

### 3 Gramsci e o negacionismo climático estadunidense

Explicado o arcabouço teórico utilizado neste artigo (seção 1), e apresentadas as características essenciais do objeto de estudo (seção 2), faz-se necessária a aplicação de conceitos básicos da teoria gramsciana ao objeto de estudo. Esta análise será realizada a partir de dois elementos: o bloco ideológico (ou intelectual) e o bloco histórico. Acerca do primeiro, examinar-se-á a construção do bloco mediante análise da dinâmica de classes e do vínculo orgânico existente entre estrutura e superestrutura. Sobre o segundo, serão formuladas inferências a respeito das dinâmicas futuramente possíveis perante desafios atualmente evidentes. A hegemonia é temática incorporada a essas questões.

Primeiramente, é preciso ressaltar que o aspecto essencial da estrutura é o seu caráter relativamente estático em comparação à superestrutura do bloco histórico. Desse modo, uma fase estrutural não pode ser concretamente analisada antes de haver findado todo o seu processo de desenvolvimento. Durante esse processo, todo estudo deverá constituir-se por hipóteses e ser realizado sob a condição de explicitamente afirmar-se enquanto hipotético. Desse modo, a exposição realizada nesta seção

consiste em um estudo imediato, “fotográfico”, cuja abordagem a respeito da estrutura concretiza-se de maneira indireta, através do exame dos movimentos realizados no âmbito superestrutural. Em suma, trata-se de um estudo essencialmente hipotético (Portelli, 1977, pp. 46-47).

#### 3.1 A dinâmica de classes e o bloco ideológico

O bloco histórico foi apresentado como uma articulação interna de uma situação histórica precisa (Portelli, 1977, p. 103). Nesse sentido, é possível afirmar que o bloco hoje vigente é o sistema capitalista neoliberal. Particularmente nos Estados Unidos, esse sistema é orientado pelo liberalismo econômico, favorecendo o exercício da direção e da dominação por parte de uma classe fundamental específica, formada pelas grandes corporações do setor privado. Verifica-se, então, a forte presença do poder corporativo, como explica Chomsky (2017):

*O triunfo ideológico das “doutrinas de livre mercado”, seletivas como sempre, aplicou golpes adicionais, na medida em que essas doutrinas se traduziram em desregulamentação, regras de governança corporativa vinculando polpudas recompensas pagas a altos executivos de empresas a lucros de curto prazo e outras decisões políticas afins [...] (Chomsky, 2017, p. 85).*

O poder econômico resultante da crescente concentração de renda a nível estrutural, culminou no controle do aparelho de Estado pela classe fundamental, no âmbito da superestrutura. Isso se explica, em parte, pela influência decisiva sobre a sociedade política. Atualmente, os custos das campanhas eleitorais tornam os partidos, tanto o Republicano quanto o Democrata, intensamente

dependentes do financiamento fornecido pelas grandes corporações.<sup>15</sup> Desse modo, políticos tornam-se “servos do capital privado”, e representantes dos interesses da classe fundamental (Chomsky, 2017, pp. 85-86).

Além disso, essa classe retém para si o exercício da função de hegemonia. Como visto, a hegemonia opera sobre a sociedade civil, e esta pode ser examinada sob três aspectos complementares: como ideologia da classe dirigente, como concepção do mundo e como direção ideológica. É nessa esfera que o discurso negacionista adquire importância em termos práticos e analíticos (Portelli, 1977, pp. 19-22).

O negacionismo pode ser classificado como uma ideologia orgânica constituinte do sistema hegemônico vigente. Isso se explica pelo fato de exercer papel necessário à estrutura, visto que influi diretamente sobre o modo de produção, pois a aceitação desta ideologia permite a operacionalização de um sistema produtivo menos sustentável (em termos ambientais) e mais coerente à valorização do capital.

Na esfera da sociedade civil, o negacionismo atua como ideologia da classe dirigente, por exemplo, ao incorporar-se ao que é considerado ciência ou influir sobre o direito. Além disso, contribui à difusão da concepção de mundo, na medida em que sistematiza uma organização social e produtiva apropriada. Por fim, atua como direção ideológica da sociedade, pois além de abranger a ideologia em si, produz estrutura ideológica (organizações que criam e difundem a ideologia, como os *think tanks*) e material ideológico (instrumentos técnicos de difusão da ideologia, a exemplo da produção literária e midiática).

<sup>15</sup> Por exemplo, Barack Obama recebeu das indústrias de combustíveis fósseis uma quantia de US\$ 710.277 entre 2011 e 2012. No mesmo período, essas indústrias despenderam um montante de US\$ 4.763.934 em auxílio à campanha de Mitt Romney (Collomb, 2014, p. 3).

A hegemonia é diretamente dependente do bloco ideológico que, por sua vez, depende da atuação dos intelectuais orgânicos. Neste grupo, é possível considerar os *think tanks*, a mídia conservadora e até mesmo os políticos que, ao desempenhar função social orgânica como intelectuais representantes da classe dirigente, formalizam-se como “funcionários da superestrutura”. Em síntese:

*Atrás das guerras culturais e da mídia estão as corporações. Estas são protegidas pelos legisladores por teias intrincadas de arranjos de interesses especiais. As relações entre os legisladores e as corporações estão incrustadas no sistema de financiamento das campanhas eleitorais (Pieterse, 2009, p. 205).*

E, assim, consolida-se o monopólio intelectual da classe dirigente, elemento essencial da unidade social e da hegemonia em si. A manutenção do monopólio intelectual depende da capacidade de atração que os intelectuais orgânicos suscitam nas demais camadas de intelectuais, por meio do recurso ao transformismo e à decapitação pacífica dos grupos opositores (Portelli, 1977). No que se relaciona ao negacionismo climático, destaca-se, nesse sentido, a atuação dos intelectuais defensores das vertentes menos radicais, que atraem facilmente a si a parcela mais indecisa e moderada da sociedade.

Artifícios diversos são usados a fim de manipular as sociedades civil e política para adequá-las ao sistema hegemônico. A elitização da informação é um exemplo. Há debates restritos às elites e informações que não atingem o público geral. Assuntos de objetivos e estratégia nacionais, por exemplo, são discutidos nos institutos de pesquisa, nas revistas acadêmicas e em foros

como a National Defense University - ou seja, envolvem a participação de um grupo muito específico de indivíduos (Pieterse, 2009, p. 208).

A linguagem de *marketing* é um outro mecanismo de manipulação do comportamento. Comunicações estratégicas dão “vantagens extras à força estrutural das corporações”. A linguagem de *marketing* se tornou rotineira na mídia e na política, e não raro apresenta-se de maneira bastante enganosa. Por exemplo, se um projeto legislativo é intitulado “Iniciativa pelas florestas saudáveis”, seus opositores podem ser acusados de querer florestas poluídas. De fato, o termo “Iniciativa pelas florestas saudáveis” foi criado pelo estrategista eleitoral Frank Luntz para descrever um conjunto de políticas do governo Bush. Na prática, entretanto, tais políticas favoreciam a expansão do desmatamento pela indústria da madeira. Em nada contribuíam para a preservação das florestas (Ibid., p. 209).

Demonstra-se, portanto, que o bloco ideológico desempenha papel primordial na construção e na preservação do sistema hegemônico neoliberal. Contribuem para isso, ideologias orgânicas específicas, dentre as quais o negacionismo climático constitui um exemplo relevante. Em suma, nos Estados Unidos, o bloco histórico corrente é orientado pelo liberalismo econômico, que favorece a hegemonia de uma classe fundamental formada pelas grandes corporações do setor privado. No sistema capitalista vigente, a base social da hegemonia é formada pelos grupos adeptos ao *American Way of Life* e inseridos na cultura consumista. Essa é a materialização da concepção de mundo e da direção ideológica da classe dirigente no seio da sociedade civil.

O negacionismo climático adquire importância ao se configurar como uma ideologia orgânica do sistema hegemônico. Em âmbito estrutural, o negacionismo sanciona um sistema produtivo coerente à valorização do capital. Na esfera da sociedade civil, propicia o comportamento social adequado a tal sistema produtivo. O

discurso negacionista é, portanto, base relevante do consenso e da manutenção do capitalismo como hoje se apresenta. Trata-se de um recurso ideológico que permite a preservação das relações sociais no âmbito do processo produtivo, de forma a beneficiar a classe dirigente e dar continuidade à sua hegemonia.

### 3.2 Inferências sobre o bloco histórico

Qualquer análise do bloco histórico deve considerar dois princípios: 1) a sociedade não se dispõe a realizar qualquer tarefa para a qual não existam os meios necessários e suficientes, 2) nenhuma sociedade se dissolve nem pode ser substituída enquanto não tiver desenvolvido todas as formas de vida contidas nas suas relações (Portelli, 1977, p. 48).

O bloco histórico capitalista cria dentro de si as condições favoráveis ao seu desmantelamento, pois o sistema capitalista não é projetado para inibir sua propensão ao crescimento insustentável. O crescimento econômico ocorre em função da população, da tecnologia e do consumo de recursos. Desse modo, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental são objetivos irreconciliáveis dentro do modelo neoliberal contemporâneo (Park, 2015).

*Esta é uma das grandes ironias das economias capitalistas: quanto mais recursos uma nação usa, mais essa nação cresce. Quanto mais essa nação cresce, menos recursos a nação tem. Quanto menos recursos a nação tem, menos a nação pode crescer, mas quanto maior a nação, mais recursos a nação deve consumir para continuar crescendo. É por isso que o capitalismo está tão intimamente relacionado à globalização. Assim, o livre mercado está em constante expansão,*

*assistido pela remoção das barreiras governamentais à extração de recursos naturais e abrindo caminho para que as empresas transnacionais continuem a atender à crescente demanda global por seus produtos (Ibid.; traduções nossas).*

É um “ciclo vicioso e auto-perpetuante”, que eventualmente esgotará todo o capital natural do mundo se continuar inabalável. Logo, o cenário é preocupante. No sistema econômico global, todas as nações estão sujeitas a esse ciclo capitalista, porque cada país procura melhorar sua prosperidade percebida, seu prestígio global e sua riqueza acumulada (medida pelo PIB). Assim, embora grande parte dos países pratique tecnicamente a economia mista, os ideais do capitalismo direcionam as economias nacionais de maneira geral. As nações que participam do comércio global (ou seja, todas as nações da Terra) jogam atualmente de acordo com as regras do neoliberalismo. Os países desenvolvidos, pela atuação de suas elites, têm sido bem sucedidos na incorporação dos países menos desenvolvidos ao sistema hegemônico, criando uma rede de comércio global definida pelas métricas econômicas neoclássicas. Uma consequência da globalização neoliberal, ao menos até a crise econômica mundial de 2008, foi a expansão do livre comércio - que resultou em processos de desregulamentação e aumento do poder corporativo (Park, 2015; Pieterse, 2009, p. 146).

Portanto, a existência de um bloco histórico transnacional é evidente. A hegemonia estadunidense é uma realidade percebida em meio à globalização neoliberal, pela existência de regras e instituições que sustentam a ordem econômica arquitetada pelos Estados Unidos desde o término da Segunda Guerra Mundial. O modelo hegemônico tem em seu *modus operandi* as bases de seu próprio colapso. Ao conduzir à devastação ambiental, o capitalismo corroi sua base de reprodução contínua, pois, como já mencionado, a

sociedade não se dispõe a realizar qualquer atividade cujos os meios necessários sejam inexistentes ou insuficientes. Nesse sentido, a ameaça fundamental ao meio ambiente é o próprio capitalismo. Medidas para combater a devastação ambiental são, por natureza, contrárias à essência de um sistema supostamente autorregulador (Moreira e Estevo, 2018, p. 41; Portelli, 1977, p. 48; Sayre, 2012, p. 66).

Há ainda uma segunda condição que torna previsível um futuro colapso do bloco histórico vigente. Ao seguir seu curso evolutivo natural, o capitalismo - como qualquer outro bloco histórico - conduz ao desenvolvimento de todas as formas de vida contidas em suas relações, possibilitando a posterior dissolução ou substituição da sociedade (Portelli, 1977, p. 48).

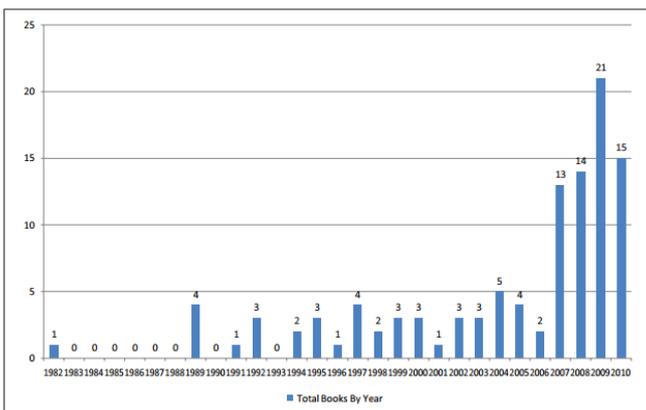
A globalização neoliberal foi resultado da evolução do sistema capitalista. Particularmente no que tange ao sistema internacional, entre o imperialismo clássico e a globalização neoliberal, ocorreram mudanças significativas nos processos de internacionalização da produção e do capital. E isto conduziu ao desenvolvimento de formas diversas de relações sociais. Fronteiras foram abertas, novos atores emergiram no cenário internacional, a interdependência foi acentuada e regimes foram consolidados. As sociedades nunca estiveram tão conectadas umas às outras, seja no âmbito político, econômico ou social. Entretanto, é possível afirmar que o sistema hegemônico vem tentando retardar seu processo evolutivo diante da crise orgânica eclodida em 2008, visando postergar o desmantelamento previsto ao atingir seu desenvolvimento pleno.

A globalização e o livre comércio eram antes considerados sinais de progresso e relações pacíficas entre os povos, portanto valorados positivamente. Hoje, representantes da potência hegemônica os consideram responsáveis pela instabilidade interna pela qual os Estados Unidos vêm passando. Deste modo, os Estados Unidos vêm, nos últimos anos, adotando políticas protecionistas que, em

tese, opõem-se aos princípios neoliberais anteriormente prezados. As elites governantes investem no “simbolismo da megapotência”, o que implica roteiro unipolar de não-cooperação com tratados internacionais - paradigma oposto a tendências que prevalecem na Europa e outras regiões do mundo (Pieterse, 2009, pp. 130-149).

Seguindo perspectiva análoga, é possível que o negacionismo climático seja também interpretado como uma tentativa de conter o processo evolutivo do bloco histórico, retardando seu desmantelamento frente à crise orgânica de 2008. O estudo de Dunlap e Jacques (2013) dão base à essa visão, por exemplo, ao constatar o aumento excepcional das publicações de livros com temáticas negacionistas entre 2007 e 2009, conforme mostrado na Figura 3 (Curro, 2014, pp. 94-102; Dunlap e Jacques, 2013, p. 704).

Figura 3. Livros de negacionismo climático - número de publicações por ano (1982-2010)



Fonte: Dunlap e Jacques (2013)

A estratégia de postergar a derrocada do bloco histórico através da retirada de determinados progressos consolidados, como a globalização econômica e as políticas ambientais, é denominada “involução passiva”. Através dela, o capitalismo retornaria a um ponto anterior de seu modelo de acumulação, o que permitiria um ciclo progressivo futuro (nova revolução passiva<sup>16</sup> conduzida pela classe dirigente). Isso retardaria o desenvolvimento pleno do sistema capitalista e, conseqüentemente, a sua derrocada (Curro, 2014, pp. 94-102).

No entanto, a implementação da estratégia de “involução passiva” não ocorre sem efeitos potencialmente desastrosos para o sistema hegemônico. Afinal, objetiva-se salvar a hegemonia por alterações em seu próprio ciclo evolutivo, já que a hegemonia está diretamente atrelada ao bloco histórico. Na prática, isto pode tanto retardar quanto acelerar o colapso do bloco<sup>17</sup>, a depender de fatores muitas vezes não diretamente controlados pelas classes dominantes.

O negacionismo climático impulsiona a devastação ambiental e opõe-se ao que vem sendo defendido por um grande número de atores internacionais. Além disso, políticas unilaterais e protecionistas são vistas com desconfiança, afetando a base social sobre a qual a hegemonia se sustenta. “Quando os EUA se colocam do lado de fora do direito internacional e das instituições internacionais e renunciam à pretensão da legitimidade, o que resta é o governo pela força”. Ou seja, neste cenário, resta somente a coerção. A hegemonia é perdida. E ao

<sup>16</sup> Introdução de mudanças que não envolvem a ascensão de forças populares. O conceito de revolução passiva é uma contrapartida ao conceito de hegemonia, na medida em que descreve a condição de uma sociedade não-hegemônica – ou seja, situação em que nenhuma classe dominante foi capaz de estabelecer uma hegemonia no sentido gramsciano do termo (Cox, 1993, pp. 54-55).

<sup>17</sup> É importante ressaltar que a estratégia de involução passiva é, geralmente, implementada em momentos de crise orgânica. Desse modo, se a estratégia não for bem sucedida, é possível que a crise se intensifique, ao fragilizar ainda mais o vínculo entre estrutura e superestrutura e expor problemas intrínsecos ao sistema.

desconsiderarem instituições internacionais e aliados, os Estados Unidos fornecem às elites governantes uma opção de desvinculação (Pieterse, 2009, p. 129).

O desmantelamento da ordem hegemônica faz parte do comportamento da hegemonia ao longo do tempo. O bloco histórico não pode durar eternamente, e sua desintegração requer a criação de um novo sistema hegemônico. Segundo Cox (1999), esse novo sistema originar-se-ia na sociedade civil, por meio das classes subalternas. Essas classes são aquelas excluídas da base social do sistema hegemônico, sobre as quais a classe dirigente exerce a dominação (e não a direção). No contexto corrente, os subalternos são basicamente os grupos sociais excluídos da cultura consumista. Em âmbito mundial, são as classes ligadas apenas parcialmente ao capitalismo global<sup>18</sup>. Nesse sentido, as comunidades indígenas constituem um exemplo apropriado<sup>19</sup> (Cox, 1999; Gill, 2008, p. 197).

### Conclusão

Em 2015, nações do mundo inteiro uniram-se na Conferência das Partes (COP-21), em Paris, em torno de uma causa comum: as mudanças climáticas. Como resultado, os 195 Estados participantes formalizaram o Acordo de Paris, objetivando limitar o aumento da temperatura média global através da redução da emissão de gases de efeito estufa. Os Estados Unidos assinaram o Acordo ao final do governo Obama, em 2016. No entanto, no dia 1 de junho de 2017, o atual presidente - Donald Trump - anunciou a retirada do

país do Acordo. A saída deverá efetivar-se em novembro de 2020 (Moreira e Estevo, 2018, p. 35).

As escolhas dos aliados internos de Trump reforçaram a inclinação da atual gestão contra políticas ambientais de combate às mudanças climáticas. O secretário de energia nomeado foi o ex-governador do Texas Rick Perry, ligado à indústria de combustíveis fósseis e cético em relação à responsabilidade das ações humanas no aquecimento global. Scott Pruitt, administrador da Agência de Proteção Ambiental entre fevereiro de 2017 e julho de 2018, é também um negacionista declarado (Banerjee, 2017 apud Moreira e Estevo, 2018, p. 41).

Os Estados Unidos foram até 2007 os maiores emissores globais de gases de efeito estufa, sendo ultrapassados pela China naquele ano. Contudo, em termos *per capita*, suas emissões são ainda as maiores do mundo. O país é parte significativa do problema do aquecimento global, mas, atualmente, não é parte da solução. A classe fundamental estadunidense não tem na mudança climática um dos temas prioritários de sua agenda. Acontece que o combate ao aquecimento global exige mudanças nas formas de produção e consumo (Moreira e Estevo, 2018, pp. 40-43). Em última instância, requer o colapso das relações orgânicas que sustentam o sistema hegemônico, pois o caminho para a solução não pode ser o mesmo que conduziu ao problema.

Portanto, o século XXI enfrenta desafios ecológicos “para os quais a hegemonia é irrelevante ou contraproducente” (Pieterse, 2009, p. 162). A nível global, os Estados Unidos apresentam-se como centro hegemônico. E este centro resiste às ameaças ao bloco histórico vigente. O negacionismo climático insere-se nesta dinâmica ao constituir uma base importante para a manutenção do sistema capitalista - o bloco histórico contemporâneo - como hoje se apresenta. Em âmbito estrutural, o negacionismo sanciona um sistema produtivo coerente à valorização do capital. Na esfera da sociedade civil, propicia o consumismo. Trata-se, portanto, de um recurso ideológico (discurso, ideia,

<sup>18</sup> É preciso, no entanto, identificar a formação objetiva das classes sociais analisando desenvolvimentos e transformações dentro da esfera da produção, mas sem sucumbir ao economicismo. Ou seja, é necessário também considerar as mentalidades e ideologias, a afiliação ativa ou passiva das classes subalternas às formas sociais dominantes de associação política, e, principalmente, as formações políticas produzidas por essas próprias classes (Morton, 2007, p. 174).

<sup>19</sup> Vide Inoue e Moreira (2016).

concepção de mundo) que contribui à preservação das relações sociais em meio ao processo produtivo, de forma a beneficiar a classe fundamental e assegurar sua hegemonia.

Entretanto, é possível que o discurso negacionista não se sustente diante dos sinais diariamente evidentes, do desenvolvimento da pesquisa científica e da

atuação de ativistas ambientais. O futuro dirá até quando o bloco capitalista continuará se reestruturando diante das eventuais crises orgânicas, e quando se dará o seu desmantelamento. A construção e o colapso de qualquer bloco histórico constituem processo diretamente atrelado à questão da hegemonia. Certamente, o discurso negacionista acompanhará esse processo.

## BIBLIOGRAFIA

*Bulletin of the Atomic Scientists* (2018), "Timeline", disponível em <https://thebulletin.org/doomsday-clock/past-announcements/> (acesso em 09 jul. 2018).

Chomsky, N. (2017), *Quem manda no mundo?*, São Paulo, Planeta.

Collomb, J-D. (2014), "The Ideology of Climate Change Denial in the United States", *European Journal Of American Studies*, Vol. 9, pp.1-20.

Cox, R.W. (1999), "Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order", *Review Of International Studies*, Vol. 25, pp. 3-28.

\_\_\_\_\_ (1993), "Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method", in Smith, S. et al. *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 49-66.

Curro, C.A.G. (2014), 'O pensamento de Antonio Gramsci e as possibilidades de revolução passiva ou efetiva no capitalismo do século XXI', dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Dunlap, R.E. e Jacques, P.J. (2013), "Climate Change Denial Books and Conservative Think Tanks", *American Behavioral Scientist*, Vol. 57, pp. 699-731.

Gallup (2014), "Americans Show Low Levels of Concern on Global Warming", disponível em <https://news.gallup.com/poll/168236/americans-show-low-levels-concern-global-warming.aspx> (acesso em 10 jul. 2018).

Gill, S. (2008), *Power and Resistance in the New World Order*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

Gill, S. e Law, D., (1993), "Global hegemony and the structural power of capital", in Smith, S. et al. *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 93-126.

Inoue, C.Y.A. e Moreira, P.F. (2016), "Many worlds, many nature(s), one planet: indigenous knowledge in the Anthropocene", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 59, pp.1-19.

Konrad, H. et al. (2018), "Net retreat of Antarctic glacier grounding lines", *Nature Geoscience*, Vol. 11, pp. 258-262.

Moreira, H.M. e Estevo, J.S. (2018), "A política dos EUA para as mudanças climáticas: análise da saída do Acordo de Paris", *Conjuntura Internacional*, Vol. 14, pp. 32-45.

Morton, A.D. (2007), *Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*, Londres, Pluto Press.

Painter, J. (2011), *Poles Apart: The international reporting of climate scepticism*, Oxford, Universidade de Oxford.

Park, J.T. (2015), "Climate Change and Capitalism", *Consiliense: The Journal of Sustainable Development*, Vol. 14, pp. 189-206.

*Pieterse, J.N. (2009), O fim do império americano?: os Estados Unidos depois da crise, São Paulo, Geração Editorial.*

*Portelli, H. (1977), Gramsci e o Bloco Histórico, Rio de Janeiro, Paz e Terra.*

*Sayre, N.F. (2012), "The Politics of the Anthropogenic", Annual Review of Anthropology, Vol. 41, pp. 57-70.*

*Stone, O. e Kuznick, P. (2015), A história não contada dos Estados Unidos, São Paulo, Faro Editorial.*